



18 DE NOVEMBRO DE 2016
Sexta-feira

- STEINBRUCH: CSN ESTÁ REALISTA SOBRE ECONOMIA E FARÁ REAJUSTE DE 10%
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- LANÇAMENTO DO CÓDIGO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA PARA COMPANHIAS ABERTAS
- VOLKSWAGEN VAI FECHAR 30 MIL POSTOS DE TRABALHO; CORTES DEVEM CHEGAR AO BRASIL
- EMPRESA NÃO SERÁ MAIS PENALIZADA POR ACIDENTE DE TRAJETO COM TRABALHADOR
- TOTAL DE EMPRESAS DE ALTO CRESCIMENTO NO PAÍS RECUOU 6,4% EM 2014, DIZ IBGE
- METALÚRGICOS DA EMBRAER APROVAM PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL
- É PRECISO OBTER MAIS DADOS SOBRE FORÇA DE TRABALHO NÃO TRADICIONAL, DIZ BRAINARD
- ECONOMIA BATEU NO FUNDO DO POÇO, MAS INÍCIO DA RETOMADA NÃO FOI SENTIDO, DIZ SKAF
- PREVISÃO DE DÉFICIT PRIMÁRIO EM 2017 É DE R\$ 144,771 BI, MOSTRA PRISMA FISCAL
- INTERESSE EM PARCERIAS COM BRASIL CONTINUARÁ COM TRUMP, DIZ EMBAIXADORA DOS EUA
- UE APLICA ANTIDUMPING TEMPORÁRIO AOS PRODUTOS SIDERÚRGICOS CHINESES
- PRESENÇA DE EMPRESAS DO BRASIL NO EXTERIOR CRESCE EM ANO DE CRISE, DIZ PESQUISA
- GOVERNO AVALIA LIBERAR R\$ 1,3 BILHÃO PARA RETER EMPREGOS
- CONDENAÇÃO NA OMC TORNA URGENTE NOVA POLÍTICA INDUSTRIAL PARA O PAÍS
- EX-CATADOR DE PAPELÃO VIRA ENGENHEIRO E FATURA R\$ 1,5 MILHÃO POR MÊS
- BRASIL E ITÁLIA PROMOVEM MISSÃO EMPRESARIAL EM SÃO PAULO
- HONDA HR-V LEVA SELO MAIOR VALOR DE REVENDA
- VOLUME DE FINANCIAMENTOS CAI 27% NO ANO
- ANFAVEA JÁ ESPERAVA CONDENAÇÃO DO INOVAR-AUTO NA OMC

- SINDIPECAS FIRMA PARCERIA COM SMARTTECH
- VENDAS DE IMPORTADOS DEVEM TER QUEDA MAIS ACENTUADA
- EXCLUSÃO DE ACIDENTES DE TRAJETO DO FAP CORRIGE REGRA QUE PREJUDICAVA EMPRESAS
- AVISO-PRÉVIO PROPORCIONAL AO TEMPO DE SERVIÇO TAMBÉM PODE SER APLICADO A FAVOR DO EMPREGADOR

CÂMBIO		
EM 18/11/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,375	3,375
Euro	3,576	3,577

Fonte: BACEN

Steinbruch: CSN está realista sobre economia e fará reajuste de 10%

18/11/2016 – Valor Econômico

O empresário Benjamin Steinbruch se declarou realista, porém otimista com a recuperação da economia brasileira. Em teleconferência com investidores e analistas nesta segunda-feira, sobre os resultados do terceiro trimestre do grupo siderúrgico, o presidente da CSN disse que a atividade já dá sinais de retomada, mas ainda faltam os efeitos disso sobre a taxa de juros e o emprego.

Ainda sobre a situação macroeconômica atual, Steinbruch comentou que o empresariado nacional parece estar mais confiante do que o próprio governo federal. Para ele, os empresários estão esperando que uma recuperação venha antes do que o governo projeta.

Se o cenário de fato se concretizar e permitir o corte na Selic, a taxa básica de juros da economia, Steinbruch afirmou que pode até ser mais cauteloso no programa de venda de ativos, visto que terá menos juros a pagar por sua dívida. Na opinião do executivo, a Selic pode cair 0,5 ponto percentual a cada reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central.

Reajuste automotivo

A CSN prepara um novo reajuste de preço para seus produtos siderúrgicos. Em janeiro, a empresa pretende encarecer em 10% o aço que vende para a distribuição, o que representaria o quinto reajuste em nove meses. Além disso, as negociações com o setor automotivo continuam caminhando e a proporção do aumento é esperada em 25%.

Luís Martinez, diretor comercial, admitiu que parte do reajuste à distribuição - "e outros mercados" - pode ser realizada já em dezembro. Isso ajudaria a reforçar o balanço de 2016 da companhia.

Se os aumentos vão ser implantados ou não vai depender da força dos importados. Sem esse quinto reajuste e considerando um dólar a R\$ 3,20, Martinez calcula que o prêmio do produto nacional sobre o estrangeiro esteja entre 5% e 11%.

2017

As vendas totais de aço da CSN devem chegar a 6,2 milhões de toneladas em 2017, projeta a companhia. Só no mercado interno, a expectativa é que o volume atinja 3,9 milhões de toneladas, com 1,7 milhão de toneladas vendido diretamente no exterior por meio das subsidiárias e mais 300 mil toneladas em exportações. Na área de aços longos, a siderúrgica prevê vendas de 300 mil toneladas.

Se o volume aguardado para o ano que vem se concretizar, o crescimento total das vendas seria superior a 25% ante o que deve ser apresentado em 2016. No caso do mercado interno, o aumento seria de aproximadamente 30%.

Martinez também revelou que a expectativa da CSN é de avanço em 3,4% a 3,5% do consumo aparente de aço - produtos nacionais e importados - no Brasil em 2017. "Mas acredito que pode haver um estirão. Os estoques de toda a cadeia estão muito baixos e levaria ao menos três meses para recompor", afirmou.

A demanda, completou o diretor comercial da siderúrgica, viria principalmente de uma recuperação dos setores automotivo e de construção civil.

Trump

A CSN pode se beneficiar da eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, disse Steinbruch. A empresa controla a LLC nos Estados Unidos, que respondeu por 14% de suas vendas no terceiro trimestre.

A posição do presidente eleito dos EUA de aumentar o protecionismo no país para incentivar a indústria local pode impulsionar a siderurgia. Recentemente, André Gerdau Johannpeter, executivo-chefe da Gerdau - que atua fortemente no mercado americano -, também disse que poderia tirar proveito da eleição.

Martinez ainda revelou que não espera qualquer tipo de defesa comercial contra o aço zincado brasileiro nos EUA, que é o que a empresa mais vende por lá.

Novos Projetos de Lei

18/11/2016 - Fiep

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

ÍNDICE

NOVOS PROJETOS DE LEI FEDERAL

Proibição de concessão de crédito a projetos fora do território nacional
PEC 272/2016 do deputado Luiz Fernando Faria (PP/MG)

QUESTÕES INSTITUCIONAIS

Reavaliação de benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez
PL 6427/2016 do Poder Executivo

INTERESSE SETORIAL INDÚSTRIA AEROESPACIAL E DE DEFESA

Remoção dos limites para participação estrangeira na concessão da exploração de serviços aéreos públicos

PLS 382/2016 do senador Gladson Cameli (PP/AC).

Lançamento do Código Brasileiro de Governança Corporativa para Companhias Abertas

18/11/2016 – Gaia, Silva, Gaede & Associados - Advogados

Foi lançado nesta quarta-feira, dia 16 de novembro, em evento realizado na sede do BM&F Bovespa, em São Paulo, o Código Brasileiro de Governança Corporativa: Companhias Abertas.

O Código, que é resultado do esforço do Grupo de Trabalho Interagentes (GT Interagentes), composto por algumas das mais influentes entidades relacionadas ao mercado de capitais e coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), foi elaborado de forma a convergir com as principais normas internacionais de governança corporativa adotando o chamado modelo “comply or explain” ou “aplique ou explique”.

O referido modelo dá flexibilidade às companhias, de forma que possam decidir se adotarão as regras com a condição de que, optando pela não adoção, esclareçam os motivos que levaram à decisão. Esta flexibilidade se justificaria no fato de que a governança corporativa é um processo dinâmico e que, portanto, não poderia ser traduzida na imposição de um regramento rígido universal.

As empresas de capital aberto estarão obrigadas a adotar o Código Brasileiro de Governança Corporativa, que tem um viés notadamente princípio lógico e é dividido em três seções, isto é, princípios, fundamentos e práticas recomendadas, todas baseadas nos chamados pilares básicos da boa governança corporativa: a transparência, equidade, accountability e responsabilidade corporativa.

Volkswagen vai fechar 30 mil postos de trabalho; cortes devem chegar ao Brasil

18/11/2016 – Gazeta do Povo

Montadora quer reduzir em US\$ 3,9 bilhões por ano os gastos até 2020



A Volkswagen anunciou nesta sexta-feira (18) que vai suprimir 30 mil postos de trabalho em todo o mundo, possivelmente parte deles no Brasil, como parte de um plano do grupo automobilístico para recuperar sua rentabilidade após o “dieselgate”.

“A marca Volkswagen não dá dinheiro suficiente”, reconheceu o presidente Herbert Diess em uma entrevista coletiva na sede da empresa em Wolfsburg.

O executivo explicou que o objetivo é reduzir em 3,7 bilhões de euros (US\$ 3,9 bilhões) por ano os gastos até 2020.

Mais de dois terços dos cortes (23 mil) devem acontecer na Alemanha. Fora da sede, as demissões podem afetar Brasil e Argentina, dois mercados que passam por dificuldades atualmente. "Eu sinto muito pelos afetados, mas a situação nos deixa apenas uma pequena margem de manobra", declarou Diess.

O grupo Volkswagen, que tem quase 600 mil funcionários em todo o mundo, controla 12 marcas, entre elas Audi, Porsche, Seat e Skoda.

O fim dos postos de trabalho deve acontecer por meio de aposentadorias antecipadas. A diretoria do grupo também informou que deseja criar 9 mil empregos em suas fábricas na Alemanha, nas quais pretende investir nos "próximos anos" 3,5 bilhões de euros, especialmente para reorientar as atividades para o setor elétrico.

Crise

A empresa foi afetada há pouco mais de um ano pelo escândalo conhecido como "diesalgate". A crise dos motores com softwares adulterados explodiu em setembro de 2015, quando a montadora alemã foi acusada de ter utilizado em 11 milhões de veículos a diesel um dispositivo manipulado para apresentar resultados menos poluentes durante os testes.

Após a revelação do escândalo, a ação da Volkswagen caiu quase 40% em dois dias. Os investidores sofreram grandes perdas e pedem agora bilhões de euros a Volkswagen.

O grupo alemão reservou 18 bilhões de euros para enfrentar as consequências do escândalo, mas analistas acreditam que a conta final global será muito mais elevada.

Empresa não será mais penalizada por acidente de trajeto com trabalhador

18/11/2016 – Gazeta do Povo



O Conselho Nacional de Previdência Social aprovou nesta quinta-feira (17) mudanças no chamado Fator Acidentário de Prevenção (FAP), que incide sobre a alíquota do seguro de acidente de trabalho pago pelas empresas. Uma das principais alterações foi a exclusão dos acidentes de trajeto da fórmula de cálculo, atendendo a uma reivindicação do setor produtivo.

Também foram retirados da conta acidentes de trabalho que não geraram concessão de benefícios, exceto nos casos de óbito. As novas regras entram em vigor no próximo ano, com efeito para os empregadores em 2018.

O FAP começou a funcionar em 2010 como um mecanismo para incentivar os empregadores a investir em ações para prevenir acidentes de trabalho. Dessa forma, a empresa que ficar acima da média do setor em número de ocorrências é penalizada com majoração da alíquota (que varia entre 1 e 3%, de acordo com o risco da atividade). Já quem ficar abaixo, é bonificado.

Segundo o diretor do Departamento de Políticas de Saúde e Segurança Ocupacional da Secretaria de Previdência, Marco Pérez, as novas regras não alteram o conceito de acidente de trabalho, não afetam as obrigações patronais e nem a concessão de benefícios.

Ele disse que a inclusão dos acidentes de trajeto no cálculo não diferencia se o problema ocorreu dentro ou fora da empresa e por isso, não deve ser considerado para penalizar ou bonificar os empregadores.

Além disso, os empregadores não têm qualquer ingerência sobre os acidentes de trajeto. A inclusão dos acidentes de trabalho sem concessão de benefícios também não ajuda a distinguir empresas que causam acidentes com maior gravidade daquelas que causam os de menor gravidade, explicou Pérez.

O Conselho é formado por representantes do governo, dos empregadores e trabalhadores. As centrais sindicais se posicionaram contrárias às mudanças.

Total de empresas de alto crescimento no País recuou 6,4% em 2014, diz IBGE

18/11/2016 – Tribuna PR

O País tinha 31.223 empresas de alto crescimento em 2014, uma redução de 6,4% em relação ao total existente no ano anterior. Os dados são das Estatísticas de Empreendedorismo, divulgadas nesta sexta-feira, 18, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa considera como empresas de alto crescimento aquelas que aumentaram em pelo menos 20% ao ano o número de empregados por um período de três anos consecutivos, e tinham 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas no ano inicial de observação.

Essas empresas empreendedoras ocupavam cerca de 4,4 milhões de pessoas assalariadas e pagavam R\$ 103,2 bilhões em salários e outras remunerações. Pelo segundo ano consecutivo, houve redução tanto no número de empresas quanto no pessoal ocupado assalariado (-10,4%) e nos salários e outras remunerações em valores nominais (-4,0%).

O quadro, entretanto, foi de deterioração ainda mais aguda do que em 2013, quando o recuo no total de empresas tinha sido de 5,2%; a queda no pessoal ocupado atingiu 5,8%; e os salários encolheram 1,1%.

Em 2014, as empresas de alto crescimento representavam apenas 1,3% do total de empresas ativas com ao menos uma pessoa ocupada assalariada no País, mas respondiam por quase a metade dos empregos gerados (46,7%).

Entre 2011 e 2014, as empresas de alto crescimento apresentaram um avanço de 175,0% no pessoal ocupado, passando de 1,6 milhão de pessoas em 2011 para 4,4 milhões em 2014 – um incremento de 2,8 milhões de postos de trabalho.

O setor de construção foi o que apresentou a maior proporção de empresas de alto crescimento no total de empresas ativas com 10 ou mais pessoas assalariadas, 9,6%, embora em termos absolutos o maior número de empresas de alto crescimento esteja nos serviços (9.931).

As empresas de alto crescimento geraram R\$ 241,4 bilhões de valor adicionado bruto, 12,8% do total de R\$ 1,8 trilhão gerado pelas empresas ativas com 10 ou mais assalariados.

O valor adicionado médio das empresas empreendedoras foi de R\$ 8,2 milhões, desempenho superior ao registrado pelas empresas com 10 ou mais pessoas ocupadas assalariadas (R\$ 4,4 milhões).

Metalúrgicos da Embraer aprovam proposta de reajuste salarial

18/11/2016 – Tribuna PR

Os metalúrgicos da Embraer em São José dos Campos aprovaram nesta quinta-feira, 17, a proposta de reajuste salarial apresentada pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que representa a empresa nas negociações com os empregados.

A proposta em questão, referente à data-base 2016, prevê um abono fixo no valor de R\$ 4 mil por empregado, independentemente da faixa salarial, a ser pago em 30 de novembro de 2016, somado a um reajuste salarial de 5% sobre o salário nominal a partir de janeiro de 2017.

A Embraer também se comprometeu a estender o reajuste e o abono aos trabalhadores que aderiram ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) da companhia. O reajuste será aplicado aos salários a partir de primeiro de janeiro, enquanto o abono será pago já em novembro. Os funcionários que recebem salário superiores a R\$ 11.835,52 terão ainda um fixo de R\$ 591,77.

Em nota, o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos ressalta que a proposta apresentada pela Fiesp representa um avanço em relação aos termos apresentados em reuniões anteriores – na primeira negociação, a oferta era de abono de R\$ 4 mil, mas com reajuste zero. Também em nota, a Embraer informa que aguarda a apreciação nas demais regiões.

Lay-off

O sindicato também informa que as negociações com a Embraer sobre a abertura de lay-off continuam no próximo dia 23. Na assembleia desta quinta-feira, os trabalhadores reivindicaram a redução da jornada para 40 horas semanais, sem redução de salário, como alternativa ao lay-off – atualmente, a Embraer pratica 43 horas semanais e possui 13 mil trabalhadores em São José dos Campos.

No último dia 10, a Embraer informou que iniciaria negociações com o sindicato para o estabelecimento de um acordo de lay-off para até 2 mil empregados da unidade de São José dos Campos – a proposta da empresa prevê a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, com o lay-off podendo ser realizado entre janeiro de 2017 e dezembro de 2018.

É preciso obter mais dados sobre força de trabalho não tradicional, diz Brainard

18/11/2016 – Tribuna PR

A diretora do Federal Reserve (Fed, o banco central dos EUA), Lael Brainard, chamou atenção para as dificuldades dos indicadores econômicos oficiais norte-americanos em incluir os trabalhadores não-tradicionais, afirmando que o fato representa um potencial de tensão para os dirigentes, que estão mais acostumados a avaliar medidas mais convencionais sobre a força de trabalho.

Em um discurso em conferência do Federal Reserve de Nova York sobre a evolução do trabalho, Brainard disse que mais pesquisas sobre trabalhadores freelance são necessárias, assim como mais análises se o crescimento nesse segmento é estrutural ou cíclico.

A diretora não comentou sobre política monetária em seu discurso. Brainard também afirmou que as mudanças na força de trabalho, como mais freelancers e volatilidade de renda, são algumas das questões que o Fed está observando no mercado de trabalho norte-americano.

Economia bateu no fundo do poço, mas início da retomada não foi sentido, diz Skaf

18/11/2016 – Tribuna PR

Depois de um almoço com o prefeito eleito de São Paulo, João Doria (PSDB), o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou que a economia chegou no fundo do poço, mas que ainda não observou a retomada do crescimento econômico do País.

Ele classificou como fundamental o apoio do Congresso Nacional para o presidente Michel Temer realizar as reformas que o País precisa, ao citar o teto de gastos públicos como primeira medida essencial. “Eu sinto que a economia bateu no fundo do poço, não sinto que vai cair. Mas ainda não senti a retomada começar”, afirmou.

Skaf disse que espera a conclusão da tramitação da emenda constituição do teto de gastos, enviada por Temer ao Congresso, até dezembro e o encaminhamento de outras reformas no começo do ano que vem. O presidente da entidade afirmou que a Fiesp projeta um crescimento de 1% a 2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017.

“Isso significa geração de empregos, retomada do fôlego, do oxigênio e aumento de arrecadação sem aumento de impostos”, afirmou o presidente da Fiesp.

Skaf e Doria almoçaram com o futuro presidente da SP Negócios, Juan Quirós, anunciado nesta quinta-feira para o cargo na administração da capital paulista. No encontro, também estavam o prefeito reeleito de Salvador (BA), ACM Neto (DEM), e o prefeito eleito de Balneário Camboriú (SC), Fabrício Oliveira (PSB).

Sérgio Cabral

Filiado ao PMDB e ex-candidato ao governo do Estado pelo partido, Paulo Skaf não quis opinar sobre a prisão do ex-governador Sérgio Cabral (PMDB), ocorrida nesta quinta no Rio de Janeiro. Ele destacou que as instituições no Brasil estão funcionando e que cabe à Justiça julgar os investigados.

“Não sou da Polícia Federal, nem do Ministério Público e muito menos da Justiça. Confio nas instituições brasileiras, na Justiça brasileira e cabe à Justiça julgar as pessoas, e não a mim dar opiniões sobre as pessoas”, afirmou Skaf em coletiva de imprensa, quando foi perguntado sobre a repercussão da prisão de seu colega de partido.

Skaf também respondeu à uma pergunta sobre a citação do marqueteiro Duda Mendonça, que informou ao Ministério Público Federal ter recebido da empreiteira Odebrecht, por meio de caixa dois, pagamentos referentes à campanha de Paulo Skaf ao governo Estado em 2014. “Eu não tenho nada a esclarecer. Todas as minhas doações de campanhas foram declaradas ao Tribunal Regional Eleitoral.”

Previsão de déficit primário em 2017 é de R\$ 144,771 bi, mostra Prisma Fiscal

18/11/2016 – Tribuna PR

Mesmo com a leve melhora em relação ao quadro fiscal neste e no próximo ano, os analistas do mercado financeiro continuam apostando que o governo não irá cumprir a meta fiscal de 2017, que é de déficit de R\$ 139 bilhões.

As estimativas do Prisma Fiscal com mês de referência em outubro, divulgadas nesta quinta-feira, 17, pelo Ministério da Fazenda, mostram que os economistas ainda projetam resultado negativo de R\$ 144,771 bilhões no ano que vem.

Este foi o terceiro mês seguido em que os analistas projetaram um rombo maior para o Governo Central (que reúne as contas do Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) do que a meta para 2017. Nas previsões do último relatório – com mês de referência em setembro –, o déficit esperado era de R\$ 145,387 bilhões.

Para 2016, as expectativas melhoraram um pouco. Mas, apesar da alta na arrecadação do programa de regularização de ativos no exterior – a chamada Lei de Repatriação – o Prisma também trouxe uma alta relevante nas despesas esperadas para este ano, já que o governo pretende usar os recursos para quitar restos a pagar de anos anteriores.

Agora, os analistas ouvidos pela Fazenda projetam um rombo de R\$ 159,518 bilhões em 2016, ante uma estimativa de déficit de R\$ 159,883 bilhões no documento anterior. A meta oficial do governo permite um resultado negativo de até R\$ 170,5 bilhões.

A estimativa para a receita líquida do governo federal em 2016 saltou de R\$ 1,078 trilhão para R\$ 1,092 trilhão, bem como a projeção de arrecadação total, que pulou de R\$ 1,269 trilhão para R\$ 1,288 trilhão.

Por outro lado, a estimativa para a despesa total neste ano, aumentou de R\$ 1,237 trilhão para R\$ 1,247 trilhão. Enquanto isso, o mercado reduziu a previsão para a dívida bruta de 2016 de 73,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para 73,2% do PIB.

Nas projeções mensais para o trimestre à frente, o relatório trouxe piora de perspectiva de primário em todo o período. Para novembro, a expectativa de déficit piorou consideravelmente, de R\$ 22,702 bilhões para R\$ 33,032 bilhões. Para dezembro, a projeção de saldo negativo passou de R\$ 25,708 bilhões para um rombo de R\$ 33,987 bilhões.

E, pela primeira vez, o Prisma trouxe as previsões do mercado para o mês de janeiro de 2017. Já com estimativa de superávit, a previsão para o primeiro mês do próximo ano também piorou, de um resultado positivo de R\$ 5,674 bilhões para um saldo no azul de R\$ 3,799 bilhões.

Interesse em parcerias com Brasil continuará com Trump, diz embaixadora dos EUA

18/11/2016 – Tribuna PR

A embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, disse nesta quinta-feira, 17, que o interesse dos Estados Unidos em fazer parcerias com o Brasil não vai mudar com a chegada do presidente eleito Donald Trump à Casa Branca.

“Nosso compromisso com o Brasil não é um capricho político transitório. Pelo contrário, é um princípio e um interesse fundamental da política externa dos Estados Unidos”, afirmou Liliana durante discurso na Câmara Americana de Comércio (Amcham) sobre as relações entre os dois países.

A embaixadora disse ainda estar confiante no aprofundamento das relações entre o maior país da América do Norte e o maior da América do Sul, apesar da possibilidade de ajustes de ênfase em iniciativas individuais e programas do futuro governo.

Segundo ela, não há expectativa de mudança significativa na “direção positiva” da boa relação histórica dos Estados Unidos com o Brasil.

Durante seminário sobre o futuro da relação entre Brasil e Estados Unidos, Liliana ressaltou, porém, que Trump ainda detalhou suas prioridades na política externa, o que dificulta o trabalho da embaixada em responder quais as implicações da mudança de governo para o Brasil.

Em seu discurso, ela destacou a necessidade de estreitamento dos vínculos econômicos e comerciais entre as duas nações. O aumento do comércio e dos investimentos, comentou, trará benefícios aos dois países e pode ajudar o Brasil a sair da crise econômica.

Liliana também mencionou o potencial de parcerias na área de segurança e cobrou uma atuação conjunta na defesa de direitos humanos e valores democráticos, assim como estímulos ao intercâmbio entre cidadãos dos dois países.

“Em resumo, minha mensagem é que o estágio de nossa relação bilateral é forte e caminha na direção correta (...) Há muito mais a nos unir do que a nos distanciar”, concluiu.

UE aplica antidumping temporário aos produtos siderúrgicos chineses

18/11/2016 – Inda

A Comissão Europeia confirmou neste sábado (12), dumping nos tubos de aço sem costura produzidos na China e decidiu impor tarifas antidumping por seis meses.

O julgamento da Comissão Europeia envolveu quatro fabricantes de tubo de aço sem costura nas províncias de Hunan, Hubei e Jiangsu e seus parceiros comerciais. A cota compensatória a ser aplicada vai variar entre 43,5% e 81,1%.

Sobre a decisão da Comissão Europeia, o responsável pelo Departamento de Proteção Comercial e de Investigação do Ministério do Comércio da China apontou neste sábado que a China está alerta e apreensiva com o recente excesso de protecionismo comercial da UE, especialmente no setor siderúrgico.

Segundo o oficial do Ministério do Comércio da China, a UE aplicou uma alta taxa contra os produtos siderúrgicos chineses, ignorando as cooperações e apelos das empresas chinesas. Tal medida prejudicou gravemente os interesses das companhias da China. O governo chinês espera que a UE possa respeitar mais as regras da OMC, tomar medidas de proteção comercial com cautela, e garantir o direito de defesa das empresas chinesas.

Presença de empresas do Brasil no exterior cresce em ano de crise, diz pesquisa

18/11/2016 – Bem Paraná

Mesmo em um ano de crise, a presença de empresas brasileiras no exterior aumentou. O índice médio de internacionalização das organizações nacionais cresceu quase 20% em 2015 -maior aumento já registrado em 11 anos do ranking elaborado pela Fundação Dom Cabral (FDC).

A primeira colocada na lista é a Fitesa, indústria de materiais para uso médico, higiênico e industrial. Em conjunto, 74% dos ativos, funcionários e receitas -os elementos analisados pelo estudo- tiveram origem no exterior no ano passado. A empresa é seguida pela Iochpe-Maxion, produtora de rodas automotivas, e pela CZM, fabricante de equipamentos para fundação utilizados na construção.

O estudo ouviu 50 multinacionais com atuação no exterior, sobretudo por meio de unidades próprias (não meramente exportadoras), e 14 franqueadoras. A contração

do mercado doméstico foi uma das razões para o aumento da aposta lá fora, diz Sherban Leonardo Cretoiu, professor e pesquisador do Núcleo de Estratégia e Negócios Internacionais da FDC.

De acordo com a pesquisa, 74,6% das empresas pesquisadas disseram que sua estratégia internacional foi influenciada pelo contexto político e econômico brasileiros. Isso levou 78% das empresas a ampliarem os investimentos fora do país, sendo que 18% reduziram o investimento doméstico. Outros 12% diminuíram a injeção de novos recursos em todos os mercados.

O câmbio foi outro fator que incentivou essa saída. Com a desvalorização do real ao longo de 2015, a conversão das receitas em dólar fez o ganho na moeda local disparar. Isso levou muitas organizações a atravessarem novas fronteiras. De acordo com a pesquisa, 21,1% entraram em novos países em 2015. Ao todo, as 64 empresas pesquisadas estão presentes em 99 economias.

Os Estados Unidos continuam sendo o destino favorito: 40 multinacionais e franqueadoras têm atividades no país. A vizinha Argentina vem em segundo lugar, com 31 companhias, seguida por Chile (25), Colômbia (23) e China (22). Paralelamente, 14,1% encerraram suas atividades na China, Dubai, Egito, Espanha, Estados Unidos, Nigéria, Portugal ou Venezuela.

Apesar dos incentivos circunstanciais, essa expansão faz parte de uma estratégia maior e sinaliza uma tendência de longo prazo, afirma Cretoiu. "Essa internacionalização não é algo tão volátil como exportações. É uma decisão pensada, mais estruturada", diz.

FRANQUIAS As franquias brasileiras também seguem em expansão, segundo a FDC.

Em primeiro lugar no ranking vem a locadora de automóveis. Localiza, com índice de internacionalização de 19,2%. Em segundo lugar vem a iGUi Piscinas (17,9%) e a rede de roupas femininas Dudalina (13,6%).

Mais que uma estratégia interna dessas franqueadoras, o motor dessa ampliação vem muitas vezes de um investidor estrangeiro que decide levar o negócio do Brasil para o seu país, diz o professor da FDC. Cretoiu cita o caso de uma rede de iogurte brasileira com cinco unidades no Teerã, abertas pela iniciativa de um empresário iraniano que teve a ideia após visitar o Brasil.

Governo avalia liberar R\$ 1,3 bilhão para reter empregos

18/11/2016 – Folha de S. Paulo

O Ministério do Trabalho encaminhou à Casa Civil um texto para uma medida provisória que libera R\$ 1,3 bilhão ao PPE (Programa de Proteção ao Emprego) e o torna permanente, diz o ministro Ronaldo Nogueira.

O presidente Michel Temer recebeu Nogueira para tratar do tema nesta quinta-feira (17). A previsão era que o programa terminasse neste ano. O valor até agora foi de R\$ 170 milhões. São 116 empresas, a maioria do setor automotivo.

"Vamos simplificar e desburocratizar o acesso para que mais setores possam aderir", afirma ele.

Os empregadores que entram no PPE reduzem a jornada e o salário dos empregados, mas o governo compensa a perda financeira deles. As companhias ficam proibidas de demitir.

"É uma espécie de seguro-emprego para que a empresa mantenha o vínculo. A ideia é incentivar a indústria para diminuir a vontade dela de dispensar", afirma.

O cálculo é que, em quatro anos, o PPE preserve 200 mil postos, com 25% a menos de gastos que o do seguro-desemprego a um contingente de mesma proporção.

Os recursos previstos são do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

REFORMA

A mudança da legislação trabalhista deverá acontecer no segundo semestre do ano que vem, diz o ministro, a não ser que entidades patronais e de empregados cheguem a um consenso antes disso.

"Precisamos quebrar alguns paradigmas. Não podemos mais ter a visão de luta de classes. A prerrogativa do MTE é promover políticas de proteção ao trabalhador, ao empresário, ao celetista, ao autônomo, ao rural."

A ideia da reforma trabalhista é trazer segurança jurídica, aumentar o número de vagas e preservar direitos, frisa Nogueira.

PPE - Programa de Proteção ao Emprego

Como é

- > Jornada e salário dos trabalhadores são reduzidos em até 30%
- > Governo compensa até 50% da perda salarial
- > Empresa não demite sem justa causa durante o período em que participa do programa e um terço desse tempo após o fim

Estatísticas atuais

- > R\$ 169 milhões
- > 116 empresas
- > 63.345 trabalhadores
- > R\$ 2.673 para cada um
- > 5,6 meses de tempo médio

Alterações previstas

- > Verba de R\$ 1,3 bilhão
- > Será contínuo
- > Atenderá outros segmentos, além da indústria

Condenação na OMC torna urgente nova política industrial para o país

18/11/2016 – Folha de S. Paulo



A decisão da OMC de condenar sete programas de incentivos setoriais expôs com clareza algumas das distorções mais nocivas da política industrial dos últimos governos. Tais subsídios custam anualmente R\$ 7 bilhões aos contribuintes, sem, em contrapartida, promover o crescimento.

Tome-se como exemplo o Inovar Auto, que oferece isenção de IPI à produção local de veículos, entre outros incentivos. Lançado em 2012 e válido até 2017, o programa foi decisivo para multiplicar a capacidade de produção do setor automotivo, mas pouco

(ou nada) fez para estimular a competitividade nos mercados externos e gerou uma ociosidade de 50%.

A ausência de resultados que justifiquem a renúncia fiscal despertou críticas de companhias que, em tese, deles se beneficiariam. Em entrevista a esta Folha, o alemão Wolfgang Bernhard, alto executivo da Mercedes-Benz, foi taxativo ao defender o fim do protecionismo: "O Brasil precisa ter condições de competir sem subsídios".

É constrangedor que venha de fora a provocação para discutir um tema que deveria estar entre nossas prioridades há muito tempo. No mínimo, poderia ter poupado uma arrecadação que faz muita falta ao hiperdeficitário Orçamento da União.

Tais manifestações elevam ao grau máximo de urgência a construção de uma política industrial que, em vez de distribuir seletivamente bônus de proteção, persiga a modernização da economia em geral.

É uma oportunidade que, desperdiçada, perpetuará a perda de importância da indústria nos últimos anos. Hoje, o setor manufatureiro responde por pouco mais de 11% do PIB, metade do índice dos anos 1980.

A derrocada veio acompanhada de perda de empregos qualificados, de atraso tecnológico e de importante isolamento do país na economia internacional. A manufatura brasileira responde por 0,7% das exportações globais, embora represente 1,7% da indústria mundial.

O que fizemos de errado nos dá as pistas do que fazer adiante para estabelecer a política industrial de que o país precisa.

É hora de acabar com privilégios setoriais, que sofreram a dura e previsível reprimenda da OMC na semana passada. Cabe recurso ao governo, mas as chances são remotas. O julgamento final, previsto para o fim de 2017, pode implicar severas sanções às exportações do país.

Os incentivos a setores eleitos e a empresas agraciadas terão de sair de cena, substituídos por políticas horizontais em que todo o parque produtivo é beneficiado.

Outra mudança: tais políticas precisam criar um ambiente propício à expansão produtiva sem aditivos, a simplificação dos regimes tributário e trabalhista e a melhoria da infraestrutura e da educação. E mais.

Nossas empresas carecem de acesso a bens de capital e intermediários a preços internacionais, além de impulso à inovação e da retaguarda de um mercado de capitais florescente.

A sequela inerente às políticas apoiadas em proteção e subsídios é a acomodação, ao tornar a atividade empresarial dependente justamente dos remédios que deveriam curá-la de certos males.

O antídoto são regras claras de avaliação dos efeitos gerados pelos incentivos, prazos rígidos de validade e aferição transparente das obrigações dos beneficiados.

Nenhum país num mundo já quase totalmente integrado pode aspirar ao progresso com medidas isolacionistas.

O Brasil precisa de ações perenes que estimulem as empresas, inclusive as estrangeiras aqui instaladas, a se capacitar para competir externamente não por causa de subsídios eventuais, mas porque essa é a melhor decisão a tomar.

Ex-catador de papelão vira engenheiro e fatura R\$ 1,5 milhão por mês

18/11/2016 – Folha de S. Paulo

Da fartura na roça à extrema pobreza na cidade grande. A geada histórica que destruiu plantações no norte do Paraná, em 1975, provocou um "furacão" na vida de Sergio Aparecido Fagundes, 45, e na de sua família.

O desastre natural os forçou a migrar de Sertaneja (a 430 km de Curitiba) para o centro de Londrina (PR) em busca de trabalho. A vida na cidade, no entanto, não se mostrou tão acolhedora para os adultos que não possuíam nenhuma capacitação profissional, como os pais de Sergio.



A situação de extrema pobreza levou o paranaense, então com sete anos, e o irmão mais novo, Silvio, às ruas em busca de papelão e outros materiais recicláveis, que rendiam R\$ 10 ao final do dia para a dupla.

Aos 11, o garoto não teve dúvidas ao escolher uma profissão. "Eletricista é o que vou ser quando crescer." Realizou uma série de cursos na área.

Aos trancos e barrancos e com uma dívida a perder de vista, Sergio conquistaria o diploma em engenharia elétrica, aos 36 anos.

Hoje, empresário e empreendedor, o ex-catador de papelão fatura R\$ 1,5 milhão mensais consertando e fabricando componentes para máquinas elétricas e geradores de energia à frente da Insight Energy.

Leia a seguir o depoimento à **Folha**.

*

Como muitas pessoas de origem humilde, eu era pobre, da roça. Toda a minha família vem da agricultura. Viemos para a cidade em 1975, ano da geada histórica no Paraná, que acabou com o cultivo do café, que dava mais emprego.

Na roça, nunca tivemos casa própria, éramos arrendatários, plantávamos e criávamos animais. Já na cidade, meu pai comprou um terreno e fez uma casinha pequena de madeira. No sítio, não tinha aparelhos eletrônicos nem conforto da cidade, porém, não faltavam alimentos.

Na cidade, a gente sofreu, porque meu pai, sem escolaridade nenhuma, se submeteu a trabalhos com remuneração bem baixa. Começou a dificuldade geral. Diferentemente da roça, ficamos restritos a um espaço, onde não se pode plantar, não se pode fazer nada.

Meu pai trabalhava de auxiliar de produção em uma empresa de café, ganhava um salário mínimo, que não era suficiente para a família. Minha mãe costurava como complementação de renda.

Não tínhamos roupa e sapato. Era uma época de extrema pobreza, miséria.

Aos sete anos, vi essa situação: a dificuldade da minha mãe para conseguir alimento, transformar um quilo de arroz em comida para uma semana, fazer milagre com um salário mínimo, com quatro, cinco crianças. Enquanto meu pai trabalhava quase 14 horas por dia.

Fui procurar algo para fazer e a única coisa que dava era recolher material reciclável para vender.

Comecei a catar papel na rua. Não era fácil trabalhar e estudar. Meus pais exigiam que eu fosse para a escola, era uma premissa.

Trabalhava meio período catando papel na rua e à tarde estudava. Ganhava por dia no máximo R\$ 10.

No caminho de volta do trabalho, tinha uma pequena mercearia, onde comprava arroz, feijão, óleo, mantimento para levar para casa.

O que sobrava, muitas vezes, era o dinheiro da passagem de volta ou retornava os cerca de 10 km a pé.

Na rua em que eu morava, dois vizinhos tinham uma vida muito boa se comparada a nossa. Meus coleguinhas tinham roupa de marca, bicicleta, jaqueta. Eu mal tinha um Conga ou um Kichute, e se rasgava, minha mãe costurava.

Eu procurei saber o que fazia o pai daquela família que tinha uma vida diferente da nossa. Os filhos dele não trabalhavam na rua, além de ele sempre almoçar em casa e ter carro.

Um dos meninos me falou: 'Meu pai é eletricista'. Eu pensei: 'o que é isso?'. 'Eletricista é o que vou ser quando crescer porque não quero que meus filhos passem por isso'.

No começo, juntava papelão no saco, porque carrinho era coisa de luxo, depois evolui para uma caixa de papel grande que enchia para ir vender no centro.

Em um determinado dia, estava passando com aquelas caixas de papel na cabeça e alguém de cima jogou um saco de água. Sofria muita humilhação.

DE VOLTA À ROÇA

Passei quatro anos pegando coisa para vender. Foi quando meu pai desistiu e voltamos para uma chácara bem próxima à cidade. Cultivávamos bicho da seda e verduras para vender na cidade.

Aos 16 anos, busquei saber onde tinha o curso de eletricista. Entrei no Senai [Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial]. Fiz curso de eletricista, instalador predial, eletricista de comandos elétricos e eletrotécnica, que duraram até os meus 19 anos. Eu não pagava nada.

Continuei trabalhando com o meu pai e estudando normalmente.

Quando completei 18 anos, arrumei meu primeiro emprego, como açougueiro. Dez dias depois, fui chamado para trabalhar em uma empresa de energia elétrica, em 1990. A minha meta era ser eletricista.

Ao final de um ano, fui promovido. Com 19 anos, me casei, tive minha primeira filha. Aos 24, fui convidado a dar aula no Senai.

ENGENHEIRO

Fiquei quatro anos dando aula. Veio o primeiro curso de engenharia elétrica para Londrina. Entrei na segunda turma da Unopar [Universidade Norte do Paraná], em 2000.

Ganhava R\$ 1.500 por mês e meu curso custava R\$ 800. Não consegui Fies [Fundo de Financiamento Estudantil] porque não tinha fiador. A dificuldade era muito grande. Morávamos em uma casa de 40 m².

No primeiro ano de faculdade, eu fui reprovado por não conseguir acompanhar. Quando me formei, meu salário já era de R\$ 4.000. Mas não conseguiria pagar escola, comprar uma casa e dar conforto à família. Não era engenheiro registrado.

Pedi a conta, após 20 anos na empresa, em 2009. Tinha dois filhos e uma casa própria, humilde.

Saí para trabalhar fazendo reparo em geradores para empresas. Meu ex-chefe pediu para ser sócio. Depois de um tempo, saí da sociedade só com um notebook.

Em 2010, comprei o CNPJ de uma empresa para evitar a burocracia de abrir uma nova.

Continuei trabalhando na mesma área, com margem de lucro pequena para ser competitivo no mercado.

Com um mês, tinha um funcionário, com dois, quatro. Cheguei a 165 colaboradores em 2013, trabalhando no ramo de montagem e eletroeletrônica, fazendo reparo em empresas que têm máquinas elétricas de grande porte e geradores de energia elétrica.

'HOJE, TENHO'

Hoje, tenho cerca de 80 colaboradores, contrato conforme a demanda.

Faturo em torno de R\$ 1,5 milhão por mês. A meta para todo o ano que vem é R\$ 20 milhões.

Hoje, só de equipamento de ensaio, tenho cerca de R\$ 5 milhões.

No final de 2014, comprei um apartamento em Londrina. Viajo de avião toda semana. Tenho quatro caminhões, vários carros.

Tenho três empresas, uma em Londrina, duas em Cambé (PR). São todas do mesmo ramo.

Tenho parcerias com a GE, com duas empresas americanas, engenheiros registrados que fazem a parte de relações exteriores. Ano que vem queremos duplicar nossa meta, faturamento e colaboradores.

Em 2010, comecei com um notebook.

Os cursos do Senai foram fundamentais. Tive três passagens por lá, em uma aprendi a profissão na área técnica, a segunda como professor, depois fiz a pós-graduação em gestão de projetos.

Toda a bagagem que o Senai me deu transformou minha vida. Eu podia ter chegado a eletricitista e ficado até hoje. Não estaria nessa vida que tenho, trabalhando mais de 14 horas por dia, viajando a semana inteira.

O MENINO VIVE

Acho que daquele menino tenho quase tudo em mim. Tinha alegria mesmo estando na 'pior situação do mundo'.

Costumo viver cada dia como um novo. O mais importante é a experiência que vou transmitir para minha equipe, filhos e parceiros.

Hoje, enxergo a ansiedade das pessoas que querem ter as coisas na hora. Eu digo: 'Calma, espera, você vai conseguir'. É o tempo.

Eu sei que a pessoa só vai para frente se ela quiser, não adianta nada pagar curso, carregar no colo. A pessoa tem que ter aquilo dentro dela como vontade própria, tem que queimar como paixão.

Esse sentimento tem que estar dentro de você, não importa a dificuldade que tenha, o caminho que tenha que trilhar, o importante é que você quer alcançar seu objetivo. Sem as oportunidades também não teria acontecido.

Eu penso para frente. Sempre tive a necessidade de melhorar minha casa, meus filhos, o trabalho. Essas necessidades foram me impulsionando para frente.

Brasil e Itália promovem missão empresarial em São Paulo

18/11/2016 – Automotive Business

O Brasil receberá entre os dias 24 e 25 deste mês uma comitiva com mais de 100 empresários da Itália dos setores automobilístico, agronegócio, energia/ambiente, infraestrutura, tecnologia da informação, comunicação e aeroespacial para promover um fórum que visa estreitar e reforçar as relações econômicas entre os dois países, além de debater sobre comércio internacional, investimentos e oportunidades de negócios.

Para o setor automotivo, haverá um debate dedicado sobre as estratégias para a retomada da indústria automobilística brasileira. A mesa será composta pelo presidente da Anfavea, Antônio Megale, pelo presidente de desenvolvimento da FCA e CNH Industrial para a América Latina, Cledorvino Belini, pelo vice-presidente do Sindipeças, Mario Milani, do diretor de relações públicas da Pirelli para a América Latina, Mario Batista, e da coordenadora de investimentos estrangeiros da Apex, Karina Bazuchi.

Entre as mais de 50 instituições e empresas que participarão do encontro, estarão representantes da CNH Industrial (máquinas e equipamentos agrícolas e de construção), FCA – Fiat Chrysler (automóveis e comerciais leves), Magneti Marelli (autopeças), Pirelli (pneus) e Ternium Brasil (aços planos).

- Veja [aqui](#) a lista com todas as empresas e instituições que participam da Missão Empresarial Brasil- Itália 2016.

A iniciativa, que teve origem durante o encontro de representantes dos dois países na última reunião de Cúpula do G20, na China, é uma realização da ITA (Italian Trade Agency), Agência para a Internacionalização das Empresas Italianas/Departamento para a promoção de intercâmbios da Embaixada da Itália.

A delegação será composta pelos líderes de importantes empresas italianas e capitaneada pelo vice-ministro do Desenvolvimento Econômico da Itália, Ivan Scalfarotto.

A comitiva contará ainda com as presenças da vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria Italiana (Confindustria), Licia Mattioli, do diretor do Comitê de Internacionalização da Associação Italiana de Bancos (ABI), Guido Rosa, e do diretor do departamento da ITA de coordenação da promoção do Made in Italy, Giovanni Sacchi.

“As empresas italianas têm um grande potencial para ajudar o Brasil. Elas reúnem tecnologia e experiência, especialmente, disposição em promover investimentos por aqui”, afirma Erica Di Giovancarolo, diretora da agência ITA no Brasil.

“O Brasil é destino complementar para a internacionalização das empresas italianas, tanto em termos de fluxos comerciais como de investimentos diretos além de ser plataforma de acesso preferencial aos mercados da América Latina”, completa.

Segundo o Instituto Italiano de Estatísticas (Istat), o comércio registrado entre Brasil e Itália em 2015, no valor de US\$ 7,8 bilhões, projeta o Brasil como o principal parceiro comercial dos italianos na América Latina. Para os brasileiros, a Itália é o segundo principal parceiro comercial na Europa, depois da Alemanha, representando 2,2% de todo o comércio global do País.

O encontro será realizado em duas partes: a primeira dedicada ao setor aeroespacial e que acontece em São José dos Campos (SP) no dia 24, e no dia 25 o encontro se concentrará na capital paulista com a realização de um fórum econômico seguido por mesas redondas B2B dedicadas aos demais setores, como o automotivo, agronegócio e infraestrutura, entre outros.

No Brasil, o evento conta com os apoios da Fiesp-Ciesp, Banco do Brasil, Febraban e das agências espaciais do Brasil e da Itália, que reúne o Sistema Itália, rede de instituições coordenadas pela embaixada italiana, que além da própria ITA, reúne os consulados e a Banca Central do país europeu.

Honda HR-V leva selo Maior Valor de Revenda

18/11/2016 – Automotive Business



O Honda agora tem mais um bom argumento para manter o HR-V entre os carros mais vendidos do Brasil. O modelo foi campeão da terceira edição do Selo Maior Valor de Revenda, entregue pela agência Autoinforme em parceria com a Textofinal Comunicação. A iniciativa analisou os preços praticados para o carro zero quilômetro em agosto de 2015 e o valor oferecido pelo mesmo modelo no mercado de usados após um ano. O levantamento foi feito com base em cotação da Molicar.

O HR-V foi o campeão geral com depreciação de apenas 4,5%. Ao todo, são 17 categorias que abrangem diversos segmentos. Foi avaliada a depreciação de 132 modelos vendidos no Brasil de 23 marcas nacionais e importadas. Sete destes automóveis aumentaram a depreciação desde a edição passada do Maior Valor de Revenda, ainda que tenham permanecido entre os vencedores: Volkswagen Up! e Golf, Chevrolet Onix, Fiat 500 e Strada, Toyota Hilux e Hyundai HB20S.

Confira os carros reconhecidos na terceira edição do Selo Maior Valor de Revenda:

CAMPEÃO GERAL

Honda HR-V – 4,5% de depreciação após 1 ano de uso

CARRO DE ENTRADA

Volkswagen Up! – 9,4%

HATCH COMPACTO

Chevrolet Onix – 8,3%

HATCH MÉDIO

Volkswagen Golf – 13,2%

HATCH PREMIUM

Fiat 500 - 13,4%

MINIVAN E MONOVOLUME

Honda Fit - 10,5%

PERUA

Volkswagen Golf Variant - 13,1%

PICAPE PEQUENA

Fiat Strada - 10,5%

PICAPE MÉDIA

Toyota Hilux - 13,9

SEDÃ DE ENTRADA

Hyundai HB20S - 11,6%

SEDÃ COMPACTO

Honda City - 10,4%

SEDÃ MÉDIO

Toyota Corolla - 11,7%

SEDÃ GRANDE

Mercedes-Benz CLA - 13,6%

SUV COMPACTO

Land Rover Discovery Sport - 9,3%

SUV MÉDIO Volvo XC60 - 11%

SUV GRANDE

Land Rover Discovery - 12,4%

CROSSOVER

Mitsubishi ASX - 13,4%

Volume de financiamentos cai 27% no ano

18/11/2016 - Automotive Business



O total de financiamentos de veículos novos realizados entre janeiro e outubro ficou 27% abaixo do volume registrado há um ano: foram 919,3 mil unidades compradas a prazo neste ano contra as 1,26 milhão nos mesmos dez meses de 2015, de acordo com os dados divulgados na quinta-feira, 17, pela Cetip, que opera o Sistema Nacional de Gravames (SNG) e que incluem as operações realizadas via crédito direto ao consumidor (CDC), consórcio e leasing. Este volume total considera os segmentos leves e pesados e não inclui motocicletas.

Os dois segmentos caíram em proporções semelhantes: o de leves recuou 28%, para

871,4 mil automóveis e comerciais leves enquanto pesados diminuiu 27%, ao totalizar 47,9 mil caminhões e ônibus, sempre considerando financiamentos de veículos novos.

No setor de usados também houve retração, mas em níveis muito menores: ao somar leves e pesados, o recuo é de apenas 4,6% no volume de financiados no acumulado do ano, que passou de 2,36 milhões para 2,25 milhões de unidades. Nos dez meses do ano, os financiamentos de veículos leves que trocaram de donos ficaram 4,3% abaixo do ano passado, para pouco mais de 2,16 milhões enquanto os pesados viram as vendas baixarem 9,9%, para 96,3 mil.

Segundo a Cetip, do total de financiamentos de veículos feitos em outubro, o CDC respondeu por 81,9% das operações, seguido por 15,7% dos consórcios, enquanto o leasing representou apenas 1%.

Anfavea já esperava condenação do Inovar-Auto na OMC

18/11/2016 – Automotive Business



A condenação do Inovar-Auto pela OMC, Organização Mundial do Comércio, não surpreendeu a Anfavea, que representa as fabricantes de veículos instaladas no País. Antonio Megale, presidente da entidade, conta que a associação acompanha há dois anos a evolução da denúncia de protecionismo feita por Japão e União Europeia e chegou, inclusive, a contratar escritórios de advocacia para auxiliar o governo brasileiro a elaborar a defesa.

A OMC constatou que o Brasil é condenado de três acusações: imposição de regime tributário mais pesado para bens importados do que aos nacionais, concessão de incentivos fiscais a quem produz localmente e oferta de subsídios às empresas exportadoras.

O governo, no entanto, já anunciou que pretende recorrer da decisão. “A penalidade prevista para o Brasil no processo é o encerramento do programa antes do prazo correto (que é o fim de 2017), mas acreditamos que a possibilidade de isso acontecer é muito pequena porque as datas de conclusão do processo e da política industrial devem ser próximos. O importante é pegar a decisão da OMC como lição e não repetir os mesmos erros no futuro”, avalia.

Um programa capaz de dar continuidade ao Inovar-Auto está em negociação com o governo e mobiliza diversas entidades do setor. O Sindipeças, por exemplo, deve enviar nas próximas semanas proposta para a área de eficiência energética. Para fugir de saia justa com a OMC, Megale defende que o próximo programa deve se apoiar em incentivos, não em penalidades, ao contrário do que acontece atualmente com a imposição de adicional de 30 pontos no IPI às empresas que não cumprem as exigências.

“Se o governo oferecer incentivos, as empresas terão interesse em atender as exigências de eficiência energética e investimento em pesquisa e desenvolvimento”, diz. Para ele, é essencial impedir que o Brasil fique para trás e não trabalhe em evolução tecnológica. “O mundo está mudando, com transformações relevantes na indústria. Precisamos acompanhar isso”, alerta.

PARA ANFAVEA, INOVAR-AUTO É POSITIVO

Megale defende que a próxima política automotiva tenha prazo de pelo menos 10 anos, garantindo previsibilidade às empresas. A ideia do executivo é que o programa consolide ideias bem-sucedidas do Inovar-Auto e deixe de fora as falhas dessa primeira experiência.

“Foi um grande aprendizado. Algumas coisas deram certo e outras não”, resume. Entre os aspectos positivos, ele menciona o avanço na área de eficiência energética e os investimentos feitos pela indústria em pesquisa, desenvolvimento e engenharia, que a Anfavea estima que somem R\$ 15 bilhões.

O presidente da Anfavea faz o mea-culpa e admite que a Anfavea ajudou o governo a desenhar as medidas protecionistas do Inovar-Auto para segurar o avanço dos importados no mercado nacional.

“Naquela época, entre 2011 e 2012, as vendas cresciam e ninguém imaginava que uma contração aconteceria. Algumas projeções apontavam que o mercado chegaria a 5 milhões de veículos em alguns anos e, se não fizéssemos nada, 50% desta demanda poderia ser atendida por importados”, lembra.

Sindipeças firma parceria com Smarttech

18/11/2016 – Automotive Business



O Sindipeças firmou convênio com a Smarttech, empresa brasileira especializada em tecnologias e serviços de apoio a projetos de engenharia no qual oferecerá suporte técnico para empresas associadas à entidade para desenvolvimentos e melhorias de produtos e processos, além de treinamentos práticos em pista de teste e experimentações nos laboratórios de seu centro tecnológico.

A parceria foi apresentada na sede da Smarttech localizada no distrito industrial de Holambra (SP) para representantes de empresas da cadeia produtiva, como Ford, Mahle, ZF, Irizar, Sogefi, Hutchinson, TE Connectivity e Truck Bus, que também visitaram os laboratórios e as pistas de testes da empresa, projetados para atender demandas de fabricantes do setor automotivo, máquinas agrícolas, óleo e gás, bens de consumo e eletroeletrônicos.

O assessor de TI e inovação do Sindipeças, José Lauro Magalhães, informa que o convênio está focado principalmente em empresas de pequeno porte e que faz parte do programa iniciado há dois anos pela entidade a fim de estimular o desenvolvimento da atividade industrial no setor de autopeças por meio de suportes às associadas com descontos exclusivos.

“Rastreamos o País em busca de competências tecnológicas para ajudar as empresas no caminho da inovação”, disse Magalhães ao apresentar o projeto, que já conta 26 parceiros e cuja meta do Sindipeças de ter 30 parceiros deve ser alcançada até junho de 2017.

O projeto também oferece guias digitais disponíveis aos associados que concentram informações para o desenvolvimento e resolução de problemas de produtos, além de soluções para gargalos de produção. “Buscamos parceiros inovadores com expertise o bastante para melhorar a competitividade das empresas com produtos melhores e custos menores; nossos guias mostram onde encontrar recursos para financiamento,

laboratórios de testes e centros de pesquisas tecnológicas avançadas”, explica.

“Vivemos uma disruptura na indústria em que um produto precisa ser lançado muito rapidamente, já não há mais tempo para pensar em projetos de prazos mais longos, e isso tem impacto brutal na forma de fazer as coisas, o que precisamos repensar”, declarou o presidente da Smarttech, Ricardo Nogueira. Para o executivo, o convênio pode contribuir substancialmente para o atendimento desta nova demanda

Vendas de importados devem ter queda mais acentuada

18/11/2016 – Automotive Business



Os importadores de veículos acumulam queda profunda nas vendas em 2016. Os persistentes resultados fracos motivaram a Abeifa, associação que representa tanto empresas que vendem localmente carros fabricados em outros países quanto companhias com plantas produtivas no País, a reduzir a expectativa para os resultados do setor no ano. Segundo a entidade, as marcas associadas devem negociar 36 mil carros, volume 40% inferior ao registrado em 2015. A projeção anterior indicava que seriam vendidos 39 mil carros.

A revisão acontece depois de os importadores representados pela organização registrarem redução de 41,5% nos emplacamentos, para apenas 29,8 mil unidades de janeiro a outubro. No mês passado as vendas somaram 2,6 mil unidades, com redução de 4,2% na comparação com setembro e de 33,6% sobre igual período de 2015.

“Isso indica claramente que precisamos de medidas emergenciais e de impacto, de modo a reestruturar e manter a rede de concessionárias e, por consequência, o atendimento aos clientes finais”, defende José Luiz Gandini, presidente da entidade e da Kia Motors, em comunicado.

O executivo defende o fim das cotas que limitam o volume de veículos que pode ser importado sem a sobretaxação de 30 pontos. Um dos pedidos dele é que o governo libere cotas não utilizadas por alguns importadores para que as empresas interessadas possam utilizar.

“Por meio de tratamento isonômico no sistema tributário do setor automotivo, após os 35% de imposto de importação, queremos contribuir com a geração de mais empregos, além de propiciar maior arrecadação aos cofres públicos, ao voltar à normalidade comercial de veículos importados”, complementa Gandini, citando o que o protecionismo ao mercado brasileiro de veículos foi condenado pela Organização Mundial do Comércio.

Entre as fabricantes de veículos associadas à Abeifa, o volume de vendas somou mil unidades em outubro, com queda de 4,7% na comparação mensal e de importantes 85,7% na anual. No acumulado, BMW, Chery, Jaguar Land Rover, Mini e Susuki emplacaram 9,7 mil carros. A Abeifa aponta que a grande contração é justificada porque, no ano passado, a Jeep era associada à entidade e, portanto, os emplacamentos do Renegade entravam nas estatísticas.

Exclusão de acidentes de trajeto do FAP corrige regra que prejudicava empresas

18/11/2016 – CNI

Decisão do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS), tomada na quinta-feira (17), torna mais justa aplicação do fator, que punia empresas por incidentes ocorridos fora do ambiente de trabalho



“Empresas eram punidas por casos totalmente fora do alcance de seus programas de prevenção e sobre os quais não tinham nenhum poder de evitar” - Mônica Messenberg. A decisão do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) de excluir os acidentes de trajeto do cálculo do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) elimina grave distorção no principal instrumento de estímulo à prevenção de acidentes nas empresas.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a alteração decidida nesta quinta-feira (17) torna justa a aplicação dessa ferramenta de prevenção, retirando ônus injustificado imposto às empresas que vinham sendo responsabilizadas por casos ocorridos fora do ambiente de trabalho.

“Empresas que efetivamente investiam na segurança do trabalho eram punidas por casos totalmente fora do alcance de seus programas de prevenção e sobre os quais não tinham nenhum poder de evitar”, explica Mônica Messenberg, diretora de Relações Institucionais da CNI. Ela frisa que a decisão do CNPS restaura o objetivo original do FAP em sua concepção, em 2003, que era o de estimular o setor privado a adotar programas de prevenção e de reduzir a taxa de acidentes no país, o que tem ocorrido de forma consistente.

CONTRASTE – Dados da Previdência Social mostram que o número de acidentes de trabalho a cada 100 mil trabalhadores caiu de 1.378 casos para 1.127, entre 2007 e 2014, uma redução de 18,2%.

Na contramão, a taxa de acidentes no percurso casa-trabalho-casa subiu de 210 para 233 ocorrências a cada 100 mil trabalhadores, alta de 10,9% no período. Quando se analisa os números absolutos, os acidentes de trajeto subiram de 15,2% para 20,6% dos casos registrados, representando um em cada cinco casos de acidentes de trabalho no Brasil (ver quadro).

Crescimento dos acidentes de trajeto entre acidentes de trabalho

Dados gerais				
Ano	Trabalhadores no mercado formal	Acidentes de Trabalho (CAT)	Acidentes de Trajeto*	(%) de CAT
2007	37.607.430	518.415	79.005	15,2
2008	39.441.566	551.023	88.742	16,1
2009	41.207.546	534.248	90.180	16,9
2010	44.068.355	529.793	95.321	18,0
2011	46.310.631	543.889	100.897	18,6
2012	47.458.712	546.222	103.040	18,9
2013	48.948.433	563.704	112.183	19,9
2014	49.571.510	559.061	115.551	20,6

Fonte: CNI, com base nos dados do MTE-RAIS e da Previdência Social

*acidentes ocorridos no trajeto entre a residência e o local de trabalho, e vice-versa

SAIBA MAIS - O FAP tem como objetivo estimular a adoção de políticas de prevenção a acidentes pelas empresas. Assim, aquelas com melhores indicadores podem receber desconto de 50% na alíquota dos Riscos Ambientais do Trabalho (RAT) – de 1%, 2% ou 3%, sobre a folha de pagamento, com base em índices de frequência, gravidade e custo dos acidentes. As que têm pior desempenho podem ter a alíquota majorada em até 100%. Dessa forma, aquelas com melhores índices pagam alíquota de 0,5% sobre a folha, e as piores, 6%.

Mas a regulamentação do fator, de 2009, incluiu no cálculo todas as ocorrências acidentárias, inclusive as de trajeto, penalizando todo o setor produtivo de forma indevida. A exclusão dos acidentes de trajeto do cálculo do FAP não mudará a proteção previdenciária a que tem direito o trabalhador, que continuará recebendo a mesma assistência prevista anteriormente caso se envolva em um acidente de trajeto. O que muda é a metodologia de apuração do FAP.

OUTRAS MUDANÇAS – O CNPS deliberou outros quatro pontos relevantes para o setor privado, na reunião desta quinta-feira (17). Dentre eles, foi decidido que acidentes de trabalho que gerem afastamentos de até 15 dias – que não motivam pagamento de benefício acidentário – também serão excluídos do cálculo do FAP. A medida também contribui para a justa aplicação da norma, uma vez que tais afastamentos não implicam em gastos para a Previdência Social.

A exclusão do acidente de trajeto e do afastamento de até 15 dias do cálculo do FAP, entre outras, constava de propostas prioritárias da CNI para a redução da burocracia na legislação, fonte de insegurança jurídica para o setor privado e que vinha onerando de forma injustificada as empresas brasileiras. A decisão do CNPS ainda será publicada no Diário Oficial da União e esses novos critérios serão considerados para o FAP a ser divulgado no final de 2017.

Aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço também pode ser aplicado a favor do empregador

18/11/2016 – TST

O aviso-prévio proporcional ao tempo de serviço, estabelecido pela [Lei 12.506/2011](#), se aplica também a favor do empregador. Com esse entendimento, a Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu de recurso de revista interposto por uma técnica de suporte da Tecnolimp Serviços Ltda. contra decisão que indeferiu seu pedido de declaração de nulidade do aviso-prévio de 33 dias que foi obrigada a cumprir.

Em seu artigo 1º, a lei de 2011 estabelece que, aos 30 dias de aviso-prévio previstos na [CLT](#), serão acrescidos três dias por ano de serviço prestado na mesma empresa, até o máximo de 60 dias. Na reclamação, a profissional requereu a condenação da empresa ao pagamento do aviso-prévio indenizado de forma proporcional e dos dias

excedentes trabalhados, em dobro ou como extra, e reflexos, alegando que o benefício da proporcionalidade do aviso-prévio é dirigido apenas ao empregado.

A 9ª Vara do Trabalho de Curitiba (PR), porém, indeferiu o pedido, entendendo que a pretensão da empregada de receber os 33 dias de aviso-prévio sem trabalhar "beirava a má-fé". A sentença foi mantida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR). "Não há espaço para acolher a pretensão voltada para o reconhecimento de que o acréscimo do tempo referente ao aviso-prévio apenas é aplicável quando ele é indenizado e nunca quando é trabalhado", afirmou o Regional.

TST

Em novo recurso, desta vez ao TST, a profissional sustentou que a decisão violou o artigo 7º, inciso XXI, da [Constituição](#). Mas, na avaliação do relator, ministro João Oreste Dalazen, o aviso-prévio é obrigação recíproca de empregado e de empregador, conforme fixa o artigo 487, *caput*, da [CLT](#). Ele explicou que a Lei 12.506/2011 somente mudou a duração do aviso-prévio, tomando em conta o maior ou menor tempo de serviço do empregado.

Para Dalazen, reconhecer, sem justificativa plausível, a duração diferenciada para o aviso-prévio conforme fosse concedido pelo empregador ou pelo empregado afrontaria o princípio constitucional da isonomia. "Assim como é importante o aviso-prévio para o empregado, a fim de buscar recolocação no mercado de trabalho, igualmente o é para o empregador, que se vê na contingência de recrutar e capacitar um novo empregado", ressaltou.

(Lourdes Tavares/CF)

Processo: [RR-1964-73.2013.5.09.0009](#)